

SUSTENTABILIDADE FORTE E VEGETARIANISMO: DISCUSSÕES, CONGRUÊNCIAS E LIMITES

HENRIQUE MARTINS DE SOARES

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS

TANIA NUNES DA SILVA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS

SUSTENTABILIDADE FORTE E VEGETARIANISMO: DISCUSSÕES, CONGRUÊNCIAS E LIMITES

Resumo:

O objetivo desse ensaio teórico é debater a presença da abordagem de sustentabilidade forte nas diferentes formas e movimentos envolvendo o vegetarianismo. Ao longo do estudo foi discutido a contextualização histórica de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, os níveis de sustentabilidade: forte e fraca, a história e as motivações do vegetarianismo, a sustentabilidade e o vegetarianismo e o ativismo alimentar vegetariano. Por fim, as categorias e os movimentos vegetarianos, identificados no decorrer do ensaio, foram classificados sob a perspectiva da sustentabilidade.

Palavras-chaves: Ativismo alimentar. Sustentabilidade forte. Vegetarianismo.

Abstract

The objective of this theoretical essay is to debate the presence of a strong sustainability approach in the different forms and movements involving vegetarianism. Throughout the study, the historical context of sustainability and sustainable development, the levels of sustainability: strong and weak, the history and motivations of vegetarianism, sustainability and vegetarianism and vegetarian food activism were discussed. Finally, vegetarian categories and movements, identified during the essay, were classified from the perspective of sustainability.

Keywords: Food activism. Strong sustainability. Vegetarianism

1 INTRODUÇÃO

Para muitas populações no mundo, o processo de globalização forneceu uma oportunidade de crescimento de renda além de uma melhora na disponibilidade e qualidade dos produtos. Contudo, simultaneamente, proporcionou um aumento nos níveis de pobreza em diversas nações além de ser a principal causa das mudanças climáticas que afetam a existência das biodiversidades terrestres e marinhas (KAPLINSKY, 2000; ROCKSTRÖM, 2009). Esse pensamento moderno globalizado, devido sua ótica do desenvolvimento econômico centrada no ser humano, levou a extinção de diversas espécies e está ameaçando muitas outras. Somente na fauna ambiental do Brasil, 1.173 espécies estão ameaçadas de extinção sendo que, atualmente, os principais ameaçadores são a atividade agropecuária e a expansão urbana (MACHADO; DRUMMOND; PAGLIA, 2008).

Devido a essa situação crítica do planeta, que se encontra com mais de sete bilhões de habitantes, houve a necessidade de reflexão sobre as atuais práticas que degradam o meio ambiente e o seu ecossistema (JACOBI, 2003). Com o reconhecimento da crise ecológica em nível internacional, surge o conceito de sustentabilidade como uma alternativa de desenvolvimento voltada à conservação dos recursos naturais. Esse conceito que implica na inter-relação entre justiça social, qualidade de vida e equilíbrio ambiental originou-se na Conferência de Estocolmo, em 1972, sendo essa a primeira conferência das Nações Unidas voltada ao meio ambiente (JACOBI, 1999). Desde então, nos últimos 40 anos, diversas definições, indicadores e objetivos foram criados a partir de diferentes perspectivas locais, regionais e nacionais. Carodonna (2014) estima que

mais de 5.000 livros escritos, desde o início de 1980, contém em seu título a palavra “sustentável” ou “sustentabilidade” o que demonstra o crescimento exponencial do tema nas últimas décadas.

A grande popularização e valorização do conceito de sustentabilidade levaram diversas organizações a utilizar o desenvolvimento sustentável de forma superficial considerando apenas, como medida ambiental, a otimização dos recursos naturais, também chamada de “eco-eficiência” (MÁLOVICS; CSIGÉNE; KRAUS, 2008). Por outro lado, como forma de oposição a essa concepção rasa, criou-se a abordagem de “sustentabilidade forte” ou “ecologia profunda” que visa adaptar o ser humano as necessidades da terra. Essa visão exige uma mudança radical nos padrões de consumo moderno que, segundo a teoria, condiciona o materialismo como fonte de bem-estar (WILLIAMS; MILLINGTON, 2004).

Entre os principais responsáveis pelo aumento da degradação ambiental está o alto consumo de carne que leva ao crescimento desenfreado da pecuária (MACHADO; DRUMMOND; PAGLIA, 2008; MACHOVINA; FEELEY; RIPPLE, 2015). Esse padrão de consumo é questionado pelo vegetarianismo que busca uma alimentação mais ética, sustentável e saudável (FOX; WARD, 2008a). Essa prática alimentar emergiu, nas últimas décadas, devido ao surgimento da alimentação saudável e do crescimento da consciência humana com relação à preservação animal (WARDE, 1997; RUBY, 2012). O vegetarianismo, ao longo do tempo, ultrapassou as barreiras alimentares tornando-se assim um modo de comportamento social com seus próprios símbolos e crenças (FOX; WARD, 2008b). Devido a isso, a identidade vegetariana atraiu diversas pessoas nos últimos anos. Somente no Brasil, em 2018, quase 30 milhões de pessoas se declararam vegetarianas, o que representa um crescimento de 75% se comparado ao estudo anterior de 2012 (IBOPE, 2018).

No entanto, é importante destacar até que ponto esse vegetarianismo é benéfico para um planeta mais sustentável que, segundo a sustentabilidade forte, já se encontra em um estado crítico. Posto isso, o presente ensaio teórico tem como objetivo debater a presença da abordagem de sustentabilidade forte nas diferentes formas e movimentos envolvendo o vegetarianismo. Esse estudo buscará esclarecer e aprofundar as congruências e as discordâncias dessas respectivas temáticas. Antes de iniciar o debate, é importante esclarecer qual é o significado de sustentabilidade.

2. O QUE É SUSTENTABILIDADE? CONTEXTUALIZANDO HISTORICAMENTE SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O início das discussões envolvendo o meio ambiente tem seu grande marco histórico na Conferência de Estocolmo, em 1972, sendo essa considerada a primeira conferência mundial voltada para meio ambiente. Segundo Passos (2009), essa conferência foi resultado da crise ecológica evidente da década de 1960 e do reconhecimento, principalmente por parte dos cientistas, dos problemas climáticos em decorrência de um crescimento econômico acelerado. A autora destaca, ainda, que primeira publicação voltada ao despertar da consciência ecológica foi o livro *Primavera Silenciosa*, de 1962, e escrito por Rachel Louise Carson, cientista e ecologista estado unidense. Entretanto, a primeira definição envolvendo a sustentabilidade ocorreu apenas em 1987, no relatório *Our Common Future*, também conhecido como Relatório de Brundtland. Esse relatório traz a definição de desenvolvimento sustentável que, segundo mesmo, é o “desenvolvimento que satisfaz as necessidades atuais sem comprometer a

capacidade das futuras gerações em satisfazer suas necessidades” (WECD, 1987; GUIMARÃES; FEICHAS; 2009).

Outro marco importante na história da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável foi a Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente, em 1992, mais conhecida como Rio-92. Nesta conferência buscou-se definir padrões de desenvolvimento sustentável que abordassem aspectos ambientais, econômicos, sociais, éticos e culturais (SICHE et al., 2007). Posteriormente, na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio +10), houve uma evolução no conceito com a definição dos três pilares centrais para o desenvolvimento sustentável: Social, Econômico e Ambiental (MÁLOVICS; CSIGÉNÉ; KRAUS, 2008). Por último, a contribuição mais recente para o tema se deu na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio + 20) quando se definiram os 17 objetivos globais sustentáveis a serem alcançados em 2030 (ALVES, 2015). Apesar da evolução no conceito nos últimos anos, Guimarães e Fontoura (2012) alertam para a falta de ação política efetiva dos líderes mundiais que negligenciam o cenário de urgência e não apresentam resultados concretos referentes ao desenvolvimento sustentável.

Além do grande avanço científico, as múltiplas convenções ambientais ocasionaram, também, uma ampla popularização do tema criando assim ambiguidades e incompreensões nos termos desenvolvimento sustentável e sustentabilidade que foram simplificados e tratados como sinônimos ao longo da literatura científica (BARONI, 1992; MÁLOVICS; CSIGÉNÉ; KRAUS, 2008; FEIL; SCHREIBER, 2017). Contudo, originalmente, esses conceitos possuem significados diferentes. Para Sartori, Latronico e Campos (2014), o desenvolvimento sustentável busca alcançar a sustentabilidade que é a capacidade de um sistema humano, natural ou misto para resistir ou se adaptar à mudanças internas e externas por tempo indeterminado. Entretanto, Feil e Schreiber (2017), em seu estudo de revisão de literatura, identificaram que os respectivos termos possuem significados distintos e antagônicos. Para os autores, o termo desenvolvimento sustentável possui, ao longo das bibliografias, definições com viés econômico capitalista voltado às necessidades do bem-estar humano. Em contrapartida, o termo sustentabilidade considera o sistema global humano ambiental e aborda metas ecológicas ao longo prazo. A partir desses conflitos epistemológicos, surgiram teorias que buscam diferenciar os níveis de sustentabilidade entre forte e fraca.

2.1. Os níveis de sustentabilidade: forte e fraca

Para conceituar os diferentes níveis de sustentabilidade é importante introduzir dois termos principais: capital natural e capital artificial ou manufaturado. O capital natural são todos os elementos da natureza (plantas, animais, ar, terra, água) que podem fornecer utilidade material e não material para os seres humanos (NEUMAYER, 2003). Já o capital artificial compreende os bens materiais (máquinas, prédios, indústrias, rodovias) e os bens intermediários que são incorporados ou consumidos dentro do processo de produção de bens como metais, plásticos e combustíveis (EKINS *et al.*, 2003).

A diferença entre os conceitos de sustentabilidade forte e fraca gira em torno da “substituibilidade” (*substitutability*). Na ótica da sustentabilidade fraca, o capital natural pode ser substituído pelo capital artificial desde que o capital total seja mantido. Por outro lado, na visão da sustentabilidade forte, assume-se que o capital natural é tão importante que o capital humano e que, por isso, não pode ser substituído e sofrer danos irreversíveis (EKINS et al., 2003; MÁLOVICS; CSIGÉNÉ; KRAUS, 2008). No entanto, Silva (2018)

chama atenção para nebulosidade da substituibilidade abordada pela sustentabilidade forte uma vez que, a partir dessa premissa, o capital natural pode ser reduzido em uma região desde que seja promovido em outra. O autor cita que existem mecanismos e instrumentos econômicos, como a *biodiversity offsets* (compensações da biodiversidade), que faz com que empresas compensem seus danos ambientais e ecológicos, causados na região de atuação, em outras localidades. Por fim, o autor conclui que a crise ambiental está não necessariamente no declínio do capital natural, mas na forma como o ser humano consome o ambiente natural.

Willians e Millington (2004) abordam outra perspectiva com relação aos níveis de sustentabilidade. Os autores argumentam que a sustentabilidade fraca foca na modernização ecológica já que busca soluções tecnológicas visando otimizar o uso dos recursos existentes. Corroborando com essa visão, Brianezi e Sorrentino (2012) ressaltam o principal problema na modernização ecológica está no fato de que ela adapta o ambientalismo para a lógica do mercado não dando assim as devidas atenções para as questões éticas e sociais. Málovicks, Csigéné e Kraus (2008) destacam que a otimização tecnológica não é suficiente para alcançar a sustentabilidade uma vez que poderiam gerar o chamado efeito rebote. Os autores citam, como exemplo, o uso de combustível mais eficiente que elevou o consumo e aumentou as vendas de carros. Por outro lado, na ótica da sustentabilidade forte, a humanidade necessita repensar o uso dos recursos naturais na busca da melhor adaptação com a natureza. Nessa perspectiva, o planeta está em primeiro lugar e o consumo atual tem que ser reduzido (WILLIANS; MILLINGTON, 2004).

Buscando um melhor esclarecimento, Garcia e Vergara (2000) sintetizam, no Quadro 1, as principais diferenças entre os conceitos de sustentabilidade fraca e forte.

Quadro 1 – Diferenças entre sustentabilidade fraca e forte

Sustentabilidade Fraca	Sustentabilidade Forte
Conceito mais antropocêntrico (tecnocêntrico) que ecocêntrico	Conceito mais ecocêntrico que antropocêntrico
Conceito mecanicista	Conceito sistêmico
Sustentabilidade é sinônimo de viabilidade do sistema econômico	Sustentabilidade: relação viável entre o sistema socioeconômico e ecossistema
Sustentabilidade compatível com o crescimento econômico	Sustentabilidade incompatível com o crescimento econômico
Capital natural substituível pela o capital humano. Constância do capital total.	Capital natural complementar ao (não substituível por) capital humano. Constância do capital natural.
A substituição leva a monetização do meio natural	Muitos recursos, processos e serviços naturais são incomensuráveis monetariamente.
Crença em um desenvolvimento sustentável que na verdade é continuação do econômico	Desenvolvimento sustentável voltado para sustentabilidade
A escala ambiental é local	A escala ambiental é global e sistêmica

Fonte: Garcia e Vergara (2000, p.477)

3.VEGETARIANISMO: HISTÓRIA E MOTIVAÇÕES

A renúncia à carne animal possui registros seculares na Grécia antiga através de filósofos como Pitágoras (RUBY, 2012). Segundo Castro (2018), o vegetarianismo pitagórico baseia-se nos argumentos de que os animais são seres que possuem racionalidade e parentesco direto com o homem humano. Outros fatos históricos do vegetarianismo estão presentes nas práticas religiosas budistas, adventistas e hinduístas (FOX; WARD, 2008a). Contudo, é apenas na metade do século dezenove que o termo “vegetarianismo” é criado. Posteriormente, o seu crescimento é consequência da emersão

da alimentação saudável que surge devido às pesquisas que relacionam saúde aos alimentos. Adicionalmente, outro marco histórico que intensifica a dieta vegetariana ocorreu nos anos de 1970 e 1980 quando se formulam as teorias iniciais sobre os direitos dos animais que é uma das resultantes da chamada Revolução Cultural (WARDE, 1997; PUSKAR-PASEWICZ, 2010). Entretanto, vale destacar que o vegetarianismo possui diversas variações e a sua aderência se baseia em diversos motivos.

Em sua revisão de literatura, Ruby (2012) indica que as principais motivações para o vegetarianismo são: moral (ético), saúde, ambiental e religiosa. Plante *et al.* (2019) incluem, além dessas categorias, a motivação por identidade social que é quando determinada pessoa adota a dieta vegetariana na busca de reconhecimento e de pertencimento a um determinado grupo social. No estudo dos autores, essa categoria de vegetarianismo é que tem a maior propensão em trair as restrições vegetarianas e também é a que apresenta a menor divulgação para o público externo, não vegetariano, por medo de repercussões negativas.

Os vegetarianos éticos baseiam-se no ativismo alimentar uma vez que possuem características políticas e ideológicas. Os seguidores dessa linha de vegetarianismo reivindicam, na maioria das vezes, o veganismo que é um estilo de vida que não depende de alimentos e produtos de origem animal, isto é, o vegano não consome alimentos como laticínios e ovos, não compra roupas de couro animal, lã ou seda e cosméticos que foram testados em animais. Além disso, seu princípio abolicionista exclui na sua rotina atividades de lazer e de esporte que usam animais (BRÜGGER, 2009; CHERRY, 2015; PERROTA, 2017). Associada as motivações éticas devido a aspectos morais, os vegetarianos com motivações ambientais preocupam-se com os impactos ecológicos da produção da carne (FOX; WARD, 2008a). Todavia, essa discussão da intersecção do vegetarianismo com o ambiental será abordada na próxima seção deste ensaio.

Ao contrário dos éticos, os vegetarianos saudáveis adotam a dieta por motivos pessoais como benefícios a saúde e perda de peso. Além disso, sua conversão é gradual e normalmente está associada à diminuição ou o não consumo de carne vermelha (FOX; WARD, 2008a; FOX; WARD, 2008b; HOFFMAN *et al.*, 2013). Contudo é importante ressaltar, segundo estudo de Rosenfeld e Tomiyama (2020), que as percepções de saudabilidade da dieta vegetariana é uma das influências mais fortes que faz com que os “comedores de carne” (*meat-eaters*) comecem a aderir a essa forma de dieta.

O vegetarianismo religioso apresenta características distintas dependendo da religião. Para Plante *et al.* (2019), o vegetarianismo por propostas religiosas está associado, em termos gerais, aos direitos dos animais. No entanto, as duas principais religiões vegetarianas, Budismo e Hinduísmo, apresentam características distintas uma da outra. O vegetarianismo budista baseia-se na conservação da natureza, no encorajamento de não matar, na relação reencarnatória humano-animal e na fome mundial (KAZA, 2005; STEWART, 2010). Em contrapartida, o vegetarianismo hindu está baseado na pureza espiritual e no poder sendo um grande aliado na manutenção social das castas, isto é, quanto maior a casta maior é aderência com relação ao vegetarianismo (HASNAIN; SRIVASTAVA, 2018; RUBY, 2012). Outra religião menos conhecida no mundo vegetariano e citada por Fox e Ward(2008a) é o vegetarianismo adventista. Segundo Beig (2009), a igreja Adventista do Sétimo dia faz recomendações com relação a impureza quanto ao consumo da carne animal desde 1863. Além disso, vale ressaltar que o discurso do vegetarianismo adventista é relacionado à saúde pessoal e que esse discurso se baseia nas interpretações da Bíblia feito pelos seguidores dessa religião

(BEIG, 2009; CRISTO, 2014; LEMOS, 2018;). Rosenfeld e Burrow (2017) ressaltam ainda que, dependendo do autor, as motivações religiosas são abordadas de forma distintas ou conjuntas as motivações éticas.

Importante ressaltar que existem inconsistências quanto às motivações e definições no vegetarianismo. Algumas pessoas podem se autointitular vegetarianas somente porque não comem mais carne vermelha ou porque diminuíram o seu consumo (WARDE, 1997). Devido a essa ambiguidade, Hoek *et al.* (2004) apresenta diversos termos relacionados a dieta vegetariana que foram surgindo devido a ambiguidades como semivegetariano, vegetariano parcial ou consumidor orientado para vegetarianismo. De certo é que a dieta seja vegana ou vegetariana por, pelo menos, condicionarem a diminuição do consumo de carne trazem benefícios tanto para saúde quanto para a natureza (CRAMER *et al.*, 2017)

4. SUSTENTABILIDADE E VEGETARIANISMO

Nos últimos anos, diversos estudos comprovaram que o consumo excessivo de carne é umas das principais causas que afetam a mudança climática já que a produção de alimento de origem animal emite significativamente mais gases de efeito estufa do que a produção baseada em plantas (GONZÁLEZ; FROSTELL; CARLSSON-KANYAMA, 2011; MACHOVINA; FEELEY; RIPPLE, 2015; SCARBOROUGH *et al.*, 2014; TILMAN; CLARK, 2014; VIEUX *et al.*, 2012), além de consumir mais água (HOEKSTRA; MEKONNEN; 2012; MARACAJÁ; DA SILVA; NETO, 2013). Outras pesquisas também citam que o atual crescimento desenfreado da pecuária é o principal fator da poluição aquática, do desmatamento, da redução da biodiversidade e do uso e da degradação da terra (BAJŽELJ *et al.*, 2014; MACHOVINA; FEELEY; RIPPLE, 2015; RAPHAELY; MARINOVA, 2011) Considerando o impacto ambiental da dieta carnívora, pode se dizer que a dieta vegetariana, por si só, contribui para a sustentabilidade (HALLSTRÖM; CARLSSON-KANYAMA; BÖRJESSON, 2015). Entretanto, partindo da perspectiva de sustentabilidade forte, apenas a transição para o vegetarianismo não significaria uma mudança para padrões de consumo mais sustentáveis uma vez que, conforme foi visto no tópico anterior, existem diversas motivações que guiam essa conversão.

Segundo estudo feito por Backer e Hudders (2014), as causas ambientais estão relacionadas aos vegetarianos restritos, isto é, aqueles que não consomem nenhum tipo de carne na sua dieta, o que corrobora com os estudos descritos por Fox e Ward (2008a) e Hoek *et al.* (2004) de que os semivegetarianos possuem motivações pessoais voltadas à saúde. Ademais, Lusk e Norwood (2016), em sua pesquisa sobre as despesas alimentares, indica que os semivegetarianos, ou vegetarianos parciais, gastam mais em comida do que os vegetarianos totais e até mesmo que aqueles que possuem a dieta baseada na carne animal. Isso é outro indício claro de que os padrões de consumo do vegetariano e do semivegetariano são diferentes. Grabs (2015) atenta para um possível efeito rebote da dieta vegetariana, pois, o dinheiro economizado com a exclusão da carne na dieta, poderia ser reinvestido em outras atividades de grande impacto ecológico. Para a autora, é necessário que se mude também os hábitos de compra além dos alimentares.

Entre as vertentes do vegetarianismo que buscam atingir um consumo sustentável destaca-se o veganismo que possui uma filosofia baseada em crenças e valores fortemente relacionados ao meio ambiente (JANSSEN *et al.*, 2016). Para Rosenfeld (2019), o vegetarianismo e o veganismo, ao contrário do que consta na maioria da literatura, devem ser tratados de formas distintas já que suas identidades e seus respectivos padrões de dieta

são construídos de forma diferente. Raggiotto, Mason e Moretti (2018) destacam, também, que religiosidade budista, juntamente com a filosofia vegana, pode desempenhar um importante papel na difusão de um comportamento de consumo ecológico por estar baseada em um estilo de vida não materialista. Por fim, destaca-se o pensamento de Brügger (2009) sobre o impacto significativo presente no veganismo:

O veganismo é um poderoso vetor de mudança rumo a uma ética ecocêntrica. E a dieta vegana, em escala planetária, promoveria o resgate e a manutenção das diversidades gen(éticas) de uma forma muito mais eficiente do que quaisquer atividades e projetos que hoje visam a essa finalidade, além de contemplar outras dimensões imprescindíveis para se alcançar a sustentabilidade (Brügger, 2009, p.208).

Após a apresentação da relação entre vegetarianismo e sustentabilidade, é importante, antes da conclusão sobre o real impacto sustentável de cada linha vegetariana, ressaltar a existência de movimentos sociais com caráter alimentar mais conhecidos como movimentos ativistas alimentares.

5. ATIVISMO ALIMENTAR E SEUS MOVIMENTOS VEGETARIANOS

Considerando que para alcançar a sustentabilidade forte é necessária uma mudança nos padrões de consumo de modo geral, observa-se que o vegetarianismo ético, normalmente representado pelo veganismo, possui relações com esse nível de sustentabilidade por possuir características que ultrapassam as barreiras alimentares. No entanto, é importante destacar que existem movimentos organizados voltados ao regime alimentar que forma um ativismo entorno do consumo alimentar. Segundo Coughlan e Siniscalchi (2013), o ativismo alimentar é composto por pessoas que querem transformar o sistema alimentar por meio da produção, distribuição e consumo dos alimentos. Alkon e Guthman (2017) afirmam que os ativistas alimentares possuem duas principais críticas com relação ao sistema alimentar convencional. A primeira crítica é referente a justiça alimentar e as disparidades sociais, raciais e econômicas presentes na estrutura vigente. Sendo assim, o movimento alimentar se torna, também, uma luta por justiça social e antirracista. A segunda crítica é com relação ao neoliberalismo e seu modo de atuação que não permite, por exemplo, o acesso de comunidades de baixa a renda a produtos frescos e saudáveis.

Embora o veganismo seja considerado um movimento de ativismo alimentar, a sua base, na verdade, é o consumo politizado já que o objetivo da sua atividade de compra é expressar suas preocupações políticas (VÁZQUEZ, 2014). Nunes (2010) define o consumo político como:

Ação de indivíduos ou de grupos de indivíduos que fazem escolhas entre produtores ou fabricantes e seus produtos com objetivo de alterar (ou ao menos tentar alterar), de maneira objetiva, as práticas do mercado. Suas escolhas são baseadas em atitudes e valores que levam em conta a justiça, a ética e outras razões não-econômicas (NUNES, 2010, p.16)

Definido o ativismo alimentar e o que ele representa, agora faz-se necessário focar nas suas mobilizações. Entre os movimentos ativistas alimentares existentes encontra-se o veganismo feminista. Para Adams (2006), uma das idealizadoras desse movimento, o feminismo é uma filosofia transformadora que abraça todas as formas de vida e acredita que todas as opressões existentes estão interconectadas como o abuso, a poluição, a

degradação e a exploração. Allen e Sachs (2012) destacam os aspectos socioculturais da presença da mulher em todas as etapas da cadeia alimentar, isto é, a mulher se envolve, historicamente, no processo de escolha, compra, lavagem e de preparação do alimento para a família. Isso, conseqüentemente, fez com a mulher cria-se um vínculo social com alimento sendo esse meio um importante canal de empoderamento e de combate a discriminação de gênero. Outro fator que o movimento vegano feminista destaca é que o consumo de carne possui relações culturais voltadas ao poder e a virilidade masculina (ADAMS, 2010). Devido a isso, a dieta vegetariana tende a ter mais resistências e menos adeptos no mundo masculino que vê o homem vegetariano como sendo uma pessoa menos “viril” (ROSENFELD; TOMIYAMA, 2020; RUBY *et al.*, 2016).

Outra abordagem existente na literatura e similar ao movimento ativista feminino vegano é o vegetarianismo ou veganismo ecofeminista. Segundo Gaard (2011), essa forma de ativismo alimentar está dentro do amplo guarda-chuva das abordagens, diversamente flexionadas pós-estruturalistas, do ecofeminismo. Assim como o veganismo feminista, o vegano ecofeminismo explora a interseção entre gênero, classe, raça e espécie, entretanto, além disso, esse movimento abrange, de forma mais explícita, a ecologia e a saúde ambiental. Embora apresente esse pequeno avanço com relação a profundidade ecológica, é importante salientar que os autores que concebem e discutem o movimento vegano feminista, como Carol Adams, Richard Twine e Greta Gaard, também discutem a interseção entre feminismo e ecologia assim como a articulação entre vegetarianismo e ecofeminismo (ADAMS; GRUEN, 2014; GAARD, 2002; TWINE, 2010).

6. CATEGORIAS E MOVIMENTOS VEGETARIANOS EM DIREÇÃO A SUSTENTABILIDADE FORTE

Finalizada a discussão e apresentada todas as perspectivas presentes envolvendo a temática vegetariana, é importante agora discutir quais categorias e movimentos apresentam maiores congruências em direção a sustentabilidade forte. Contudo, primeiramente, é importante sintetizar as categorias e movimentos discutidos até agora assim como suas características gerais. Para isso, criou-se o Quadro 2 na busca de uma melhor visualização das diferenças existentes.

Quadro 2 – Características gerais das categorias e dos movimentos vegetarianos

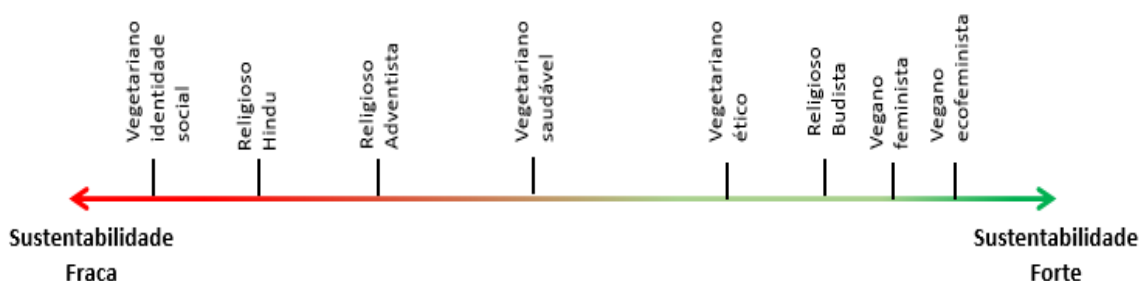
Categorias/Movimentos	Características Gerais
Vegetarianismo saudável	Vegetarianismo por motivações pessoais; associado ao não consumo ou baixo consumo de carne vermelha; representados pelo semivegetarianos ou vegetarianos parciais
Vegetarianismo ético/moral	Ligado ao veganismo e aos vegetarianos restritos; ultrapassa as barreiras alimentares; normalmente não consomem e nem compra produtos de origem animal.
Vegetarianismo religioso Hindu	Busca da pureza espiritual pessoal; fortalece a manutenção social das castas.
Vegetarianismo religioso Budista	Conservação da natureza; defende a relação humano-animal; consumo ecológico não materialista.
Vegetarianismo religioso Adventista do Sétimo Dia	Busca à saúde pessoal (física e mental) de acordo com as interpretações bíblicas.
Vegetarianismo por identidade social	Vegetariano que busca o reconhecimento e o pertencimento a determinado grupo social; maior

	propensão a burlar restrições presentes no vegetarianismo.
Movimento vegano feminista	Movimento ativista alimentar e social que busca a justiça alimentar, racial, social e de gênero.
Movimento vegano ecofeminista	Além de buscar a justiça alimentar, racial, social e de gênero, o movimento é engajado na preservação do ambiente como todo.

Fonte: Elaborado pelos autores

Posto as características gerais, por fim, esse ensaio teórico descreve, na Figura 1, o nível de sustentabilidade alcançado de cada categoria e movimento. Os critérios utilizados para tal classificação foram os significados históricos de sustentabilidade apresentados na seção 2 assim como as definições de sustentabilidade fraca e forte descritos na subseção 2.1.

Figura 1 – Classificação das categorias e movimentos vegetarianos na sustentabilidade



Fonte: Elaborado pelos autores

Conforme observado na Figura 1, o movimento vegano ecofeminista pode ser considerado a vertente vegetariana mais sustentável existente na literatura acadêmica. Chegou-se a essa constatação devido a sua grande abrangência nos aspectos ambientais, sociais e econômicos. Em contrapartida, o vegetariano por identidade social foi considerado o menos sustentável devido ao seu baixo comprometimento com os ideais e com a dieta vegetariana em si. Outro aspecto importante de ser destacado é o vegetarianismo religioso hinduísta que, apesar do grande comprometimento com o não consumo da carne animal, acaba tendo uma sustentabilidade fraca por fortalecer as desigualdades sociais entre as castas. Já o vegetarianismo saudável foi posicionado em uma sustentabilidade “mediana”, pois apesar de se comprometer com dieta vegetariana, os seus ideais estão atrelados a benefícios mais pessoais do que sociais. No entanto, pode ser considerado mais sustentável que o vegetarianismo religioso adventista, pois os vegetarianos saudáveis podem alcançar engajamentos mais sustentáveis com o tempo, ao contrário do adventista que associa a dieta vegetariana exclusivamente à saúde rotulando, de forma precipitada, a dieta vegana como sendo uma dieta não saudável (LEMOS, 2018). Por último, o vegetarianismo religioso budista possui um alta grau de sustentabilidade por ser voltado ao consumo sustentável e a vida não materialista.

Realizado as discussões finais envolvendo o vegetarianismo e a sustentabilidade, sugere-se, para trabalhos futuros, uma pesquisa empírica aprofundada sobre cada categoria e movimento vegetariano na ótica das abordagens sustentáveis.

REFERÊNCIAS

ADAMS, Carol J. An animal manifesto gender, identity, and vegan-feminism in the twenty-first century. **Parallax**, v. 12, n. 1, p. 120-128, 2006.

ADAMS, Carol J. Why feminist-vegan now? **Feminism & Psychology**, v. 20, n. 3, p. 302-317, 2010.

ADAMS, Carol J.; GRUEN, Lori. **Ecofeminism: feminist intersections with other animals and the earth**. Nova Iorque: Bloomsbury Publishing, 2014.

ALLEN, Patricia; SACHS, Carolyn. Women and food chains: The gendered politics of food. **Taking food public: redefining foodways in a changing world**, p. 23-40, 2012.

ALKON, Alison; GUTHMAN, Julie. **The new food activism: opposition, cooperation, and collective action**. Berkeley: University of California Press, 2017.

ALVES, José Eustáquio Diniz. Os 70 anos da ONU e a agenda global para o segundo quinquênio (2015-2030) do século XXI. **Revista Brasileira de estudos de população**, v. 32, n. 3, p. 587-598, 2015.

BACKER, Charlotte JS; HUDDERS, Liselot. From meatless Mondays to meatless Sundays: motivations for meat reduction among vegetarians and semi-vegetarians who mildly or significantly reduce their meat intake. **Ecology of food and nutrition**, v. 53, n. 6, p. 639-657, 2014.

BAJŽELJ, Bojana et al. Importance of food-demand management for climate mitigation. **Nature Climate Change**, v. 4, n. 10, p. 924, 2014.

BARONI, Margaret. Ambigüidades e deficiências do conceito de desenvolvimento sustentável. **Revista de administração de empresas**, v. 32, n. 2, p. 14-24, 1992.

BEIG, Beatriz. A prática vegetariana e seus argumentos legitimadores: o viés religioso. **Revista do Núcleo de Estudos de Religião e Sociedade (NURES)**, n. 11, 2009.

BRIANEZI, Thaís; SORRENTINO, Marcos. A modernização ecológica conquistando hegemonia nos discursos ambientais: o caso da Zona Franca de Manaus. **Ambiente & Sociedade**, v. 15, n. 2, p. 51-71, 2012.

BRÜGGER, Paula. Nós e os outros animais: especismo, veganismo e educação ambiental. **Linhas críticas**, v. 15, n. 29, p. 197-214, 2009.

CARADONNA, Jeremy L. **Sustainability: a history**. Oxford: Oxford University Press, 2014.

CASTRO, Márcia Marques. **Com o coração na boca: pitagorismo, vegetarianismo e interfaces com a ética animal**. 2018. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva, Niterói, 2018.

CHERRY, Elizabeth. I was a teenage vegan: Motivation and maintenance of lifestyle movements. **Sociological Inquiry**, v. 85, n. 1, p. 55-74, 2015.

COUNIHAN, Carole; SINISCALCHI, Valeria. **Food activism: agency, democracy and economy**. Nova Iorque: Bloomsbury Publishing, 2013.

CRAMER, Holger et al. Characteristics of Americans choosing vegetarian and vegan diets for health reasons. **Journal of nutrition education and behavior**, v. 49, n. 7, p. 561-567, 2017.

CRISTO, Silmar. A armadilha do vegetarianismo. 2014. Disponível em: <<http://www.revistaadventista.com.br/blog/2014/12/18/bem-estar/>>. Acesso em: 08 maio 2020.

DAVIES, George Randal. Appraising weak and strong sustainability: Searching for a middle ground. **Consilience**, n. 10, p. 111-124, 2013.

EKINS, Paul et al. A framework for the practical application of the concepts of critical natural capital and strong sustainability. **Ecological economics**, v. 44, n. 2-3, p. 165-185, 2003.

FEIL, Alexandre André; SCHREIBER, Dusan. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: desvendando as sobreposições e alcances de seus significados. **Cadernos Ebape. BR**, v. 15, n. 3, p. 667-681, 2017.

FOX, Nick; WARD, Katie. Health, ethics and environment: A qualitative study of vegetarian motivations. **Appetite**, v. 50, n. 2-3, p. 422-429, 2008a.

FOX, Nick; WARD, Katie. You are what you eat? Vegetarianism, health and identity. **Social science & medicine**, v. 66, n. 12, p. 2585-2595, 2008b.

GAARD, Greta. Ecofeminism revisited: Rejecting essentialism and re-placing species in a material feminist environmentalism. **Feminist Formations**, v. 23, n. 2, p. 26-53, 2011.

GAARD, Greta. Vegetarian ecofeminism: A review essay. **Frontiers: a Journal of Women Studies**, v. 23, n. 3, p. 117-146, 2002.

GARCIA, M. L. e VERGARA, J. M. R. La Evolución del Concepto de Sostenibilidad y su Introducción en la Enseñanza. **Enseñanza de las Ciencias**, n.18, v. 3, 2000.

GONZÁLEZ, Alejandro D.; FROSTELL, Björn; CARLSSON-KANYAMA, Annika. Protein efficiency per unit energy and per unit greenhouse gas emissions: potential contribution of diet choices to climate change mitigation. **Food policy**, v. 36, n. 5, p. 562-570, 2011.

GRABS, Janina. The rebound effects of switching to vegetarianism. A microeconomic analysis of Swedish consumption behavior. **Ecological Economics**, v. 116, p. 270-279, 2015.

GUIMARÃES, R.P.; FEICHAS, S.Q. Desafios na construção de indicadores de sustentabilidade. **Ambiente & Sociedade**, v.12, n.2, p.307-323, 2009.

GUIMARÃES, Roberto; FONTOURA, Yuna. Desenvolvimento sustentável na Rio+ 20: discursos, avanços, retrocessos e novas perspectivas. **Cadernos Ebape. BR**, v. 10, n. 3, p. 508-532, 2012.

HALLSTRÖM, Elinor; CARLSSON-KANYAMA, Annika; BÖRJESSON, Pål. Environmental impact of dietary change: a systematic review. **Journal of Cleaner Production**, v. 91, p. 1-11, 2015.

HASNAIN, A; SRIVASTAVA, A; **What makes Indian vegetarians different from Westerners who have given up meat?** 2018. Disponível em: <<https://scroll.in/article/872951/what-differentiates-vegetarianism-practiced-by-indians-from-that-followed-by-the-west>> Acesso em: 16 abri. 2020.

HOEK, Annet C. et al. Food-related lifestyle and health attitudes of Dutch vegetarians, non-vegetarian consumers of meat substitutes, and meat consumers. **Appetite**, v. 42, n. 3, p. 265-272, 2004.

HOEKSTRA, Arjen Y.; MEKONNEN, Mesfin M. The water footprint of humanity. **Proceedings of the national academy of sciences**, v. 109, n. 9, p. 3232-3237, 2012.

HOFFMAN, Sarah R. et al. Differences between health and ethical vegetarians. Strength of conviction, nutrition knowledge, dietary restriction, and duration of adherence. **Appetite**, v. 65, p. 139-144, 2013.

IBOPE. Pesquisa de opinião pública sobre o vegetarianismo. 2018. Disponível em: <https://www.svb.org.br/images/Documentos/JOB_0416_VEGETARIANISMO.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2019.

JACOBI, Pedro Roberto. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de pesquisa**, n. 118, p. 189-205, 2003.

JACOBI, Pedro Roberto. Meio Ambiente e Sustentabilidade. In: CEPAM Fundação Professor Faria Lima, **O Município no Século XXI: cenários e Perspectivas**. São Paulo ed. Especial, 1999.

JANSSEN, Meike et al. Motives of consumers following a vegan diet and their attitudes towards animal agriculture. **Appetite**, v. 105, p. 643-651, 2016.

KAPLINSKY, Raphael. Globalisation and unequalisation: what can be learned from value chain analysis?. **Journal of development studies**, v. 37, n. 2, p. 117-146, 2000.

KAZA, Stephanie. Western Buddhist motivations for vegetarianism. **Worldviews: Global Religions, Culture, and Ecology**, v. 9, n. 3, p. 385-411, 2005.

LEMOS, Felipe. Veganismo e vegetarianismo possuem conceitos diferentes. Disponível em: <<https://noticias.adventistas.org/pt/noticia/saude/veganismo-e-vegetarianismo-possuem-diferentes-conceitos/>>. Acesso em: 08 maio. 2020.

LUSK, Jayson L.; NORWOOD, F. Bailey. Some vegetarians spend less money on food, others don't. **Ecological Economics**, v. 130, p. 232-242, 2016.

MACHADO, Angelo Barbosa Monteiro; DRUMMOND, Gláucia Moreira; PAGLIA, Adriano Pereira. Livro vermelho da fauna brasileira ameaçada de extinção. In: **Livro vermelho da fauna brasileira ameaçada de extinção**. 2008

MACHOVINA, Brian; FEELEY, Kenneth J.; RIPPLE, William J. Biodiversity conservation: The key is reducing meat consumption. **Science of the Total Environment**, v. 536, p. 419-431, 2015.

MÁLOVICS, György; CSIGÉNÉ, Noémi Nagypál; KRAUS, Sascha. The role of corporate social responsibility in strong sustainability. **The Journal of Socio-Economics**, v. 37, n. 3, p. 907-918, 2008.

MARACAJÁ, Kettrin Farias Bem; DA SILVA, Vicente de Paulo Rodrigues; NETO, José Dantas. Pegada hídrica dos consumidores vegetarianos e não vegetarianos. **Qualitas Revista Eletrônica**, v. 14, n. 1, 2013.

NEUMAYER, Eric. **Weak versus strong sustainability**: exploring the limits of two opposing paradigms. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2003.

NUNES, Ernesto Luiz. **Vegetarianismo além da dieta**: ativismo vegano em São Paulo. 2010. 129 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

PASSOS, Priscilla Nogueira Calmon. A conferência de Estocolmo como ponto de partida para a proteção internacional do meio ambiente. **Revista Direitos Fundamentais & Democracia**, v. 6, 2009.

PERROTA, Ana Paula. Vegetarianismo ético e posições carnívoras: questões além do sabor e dos nutrientes. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 25, n. 2, p.327-352, 2017.

PLANTE, Courtney N. et al. The role of social identity motivation in dietary attitudes and behaviors among vegetarians. **Appetite**, v. 141, p. 104307, 2019.

PUSKAR-PASEWICZ, Margaret. **Cultural encyclopedia of vegetarianism**. Santa Bárbara: ABC-CLIO, 2010.

RAGGIOTTO, Francesco; MASON, Michela Cesarina; MORETTI, Andrea. Religiosity, materialism, consumer environmental predisposition. Some insights on vegan purchasing intentions in Italy. **International journal of consumer studies**, v. 42, n. 6, p. 613-626, 2018.

RAPHAELY, Talia; MARINOVA, Dora. Preventing further climate change: A call to individual action through a decrease in meat consumption. **SUSTAINING OUR FUTURE: understanding and living with uncertainty**, p. 3066-3072, 2011.

ROCKSTRÖM, Johan et al. A safe operating space for humanity. **nature**, v. 461, n. 7263, p. 472, 2009.

ROSENFELD, Daniel L. A comparison of dietarian identity profiles between vegetarians and vegans. **Food quality and preference**, v. 72, p. 40-44, 2019.

ROSENFELD, Daniel L.; BURROW, Anthony L. Vegetarian on purpose: Understanding the motivations of plant-based dieters. **Appetite**, v. 116, p. 456-463, 2017

ROSENFELD, Daniel L.; TOMIYAMA, A. Janet. Taste and health concerns trump anticipated stigma as barriers to vegetarianism. **Appetite**, v. 144, p. 104469, 2020.

RUBY, Matthew B. Vegetarianism. A blossoming field of study. **Appetite**, v. 58, n. 1, p. 141-150, 2012.

RUBY, Matthew B. et al. Attitudes toward beef and vegetarians in Argentina, Brazil, France, and the USA. **Appetite**, v. 96, p. 546-554, 2016.

SARTORI, Simone; LATRONICO, Fernanda; CAMPOS, Lucila MS. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: uma taxonomia no campo da literatura. **Ambiente & sociedade**, v. 17, n. 1, p. 1-22, 2014.

SCARBOROUGH, Peter et al. Dietary greenhouse gas emissions of meat-eaters, fish-eaters, vegetarians and vegans in the UK. **Climatic change**, v. 125, n. 2, p. 179-192, 2014.

SICHE, Raúl et al. Índices versus indicadores: precisões conceituais na discussão da sustentabilidade de países. **Ambiente & sociedade**, Campinas, v.10, n.2, p.137-148, 2007.

SILVA, Rodrigo Muniz. A influência do pensamento econômico na ideia de sustentabilidade e suas implicações para a percepção e conservação do mundo natural. **Desenvolvimento e Meio ambiente**, v. 46, 2018.

STEWART, James J. The question of vegetarianism and diet in Pāli Buddhism. **Journal of Buddhist Ethics**, v. 17, p. 99-140, 2010.

TILMAN, David; CLARK, Michael. Global diets link environmental sustainability and human health. **Nature**, v. 515, n. 7528, p. 518, 2014.

TWINE, Richard. Intersectional disgust? Animals and (eco) feminism. **Feminism & Psychology**, v. 20, n. 3, p. 397-406, 2010.

VÁZQUEZ, Amparo Novo. " Consumocracia". El consumo político como forma de participación de la ciudadanía/" Consumecracy". Political Consumerism as a way of citizen participation. **Política y Sociedad**, v. 51, n. 1, p. 121, 2014.

VIEUX, Florent et al. Greenhouse gas emissions of self-selected individual diets in France: changing the diet structure or consuming less?. **Ecological economics**, v. 75, p. 91-101, 2012.

WARDE, Alan. **Consumption, food and taste**. Londres: Sage, 1997.

WCED, World Commission on Environment and Development. **Our Common Future**. Oxford, U.K.: Oxford University Press, 1987. 383 p.

WILLIAMS, Colin C.; MILLINGTON, Andrew C. The diverse and contested meanings of sustainable development. **Geographical Journal**, v. 170, n. 2, p. 99-104, 2004.